

REVISTA

02

JUN-DEZ 2024

PODEMOS CONTRA A

Violência Política



observatório **podemos**
contra a violência política



Esta Revista faz parte da edição do Observatório Podemos contra a Violência Política e tem por objetivo estimular o debate em termos de educação e doutrinação política, assim como oferecer dados de pesquisa sobre temas correlacionados.

Dentro de um ambiente democrático de consolidação de direitos e posições, os temas tratados nesta Revista são apresentados sem viés ideológico e, por isso, não refletem posição institucional, político-partidária e nem individual de dirigentes ou filiados.

O objetivo desta publicação é contribuir com a formação da consciência cidadã da sociedade em geral, promovendo o debate de ideias que permitam o aprimoramento da democracia.

Este material é protegido pelo direito da propriedade intelectual. A reprodução parcial ou total deste material é permitida, desde que citada a fonte.

A Fundação Podemos mantém um espaço democrático para ideias e aprimoramento de suas atividades. Se você quer participar das nossas iniciativas, possui dúvidas ou sugestões, entre em contato por meio dos nossos canais de atendimento.

Acesse o nosso site pelo QRCode e comunique-se conosco:



www.fundacaopodemos.org.br



SUMÁRIO

PÁGINA 1

**A PARTICIPAÇÃO DA
MULHER NA POLÍTICA**

PÁGINA 3

**COMO PROTEGER A
MULHER NA POLÍTICA:
OBRIGAÇÃO EM PROL
DA CIDADANIA**



PÁGINA 4

**COMO AS MULHERES ESTÃO
TRANSFORMANDO A
POLÍTICA**



SUMÁRIO

CONTINUAÇÃO...

PÁGINA 8

**INCLUSÃO E REPRESENTATIVIDADE:
O PAPEL DAS PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NA POLÍTICA**

PÁGINA 9

**O PAPEL DOS JOVENS NA
TRANSFORMAÇÃO DA
DEMOCRACIA**

PÁGINA 10

**MOVIMENTO NEGRO NA
POLÍTICA: LUTA, CONQUISTAS
E DESAFIOS**

PÁGINA 13

**TRABALHADORES RURAIS
NA POLÍTICA: VOZ E
REPRESENTATIVIDADE NO
PODER**

PÁGINA 15

**O PAPEL DAS COMUNIDADES
TRADICIONAIS NA POLÍTICA
BRASILEIRA**



**A violência, seja qual for a maneira como
ela se manifesta, é sempre uma derrota.**

- Jean-Paul Sartre

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

A participação da mulher na política é um tema central para a construção de democracias mais justas e representativas.

Apesar dos avanços conquistados nas últimas décadas, as mulheres ainda enfrentam desafios significativos para ocupar espaços de poder e influência. O aumento da presença da mulher em cargos eletivos, legislativos e de liderança política demonstra um progresso importante, mas ainda insuficiente para garantir uma igualdade real na tomada de decisões.

Em muitos países, os pleitos eleitorais mais recentes têm mostrado um crescimento no número de candidaturas femininas e a ampliação de políticas afirmativas, como cotas de gênero e financiamento específico para campanhas lideradas por mulheres. Essas medidas têm sido fundamentais para equilibrar a disputa política, historicamente dominada por homens, e para incentivar mais mulheres a se engajarem na vida pública. No entanto, a presença da mulher na política ainda é menor que o esperado e muitas mulheres enfrentam barreiras institucionais, culturais e até mesmo econômicas para viabilizar suas candidaturas.

Além dos desafios estruturais, as mulheres que se envolvem na política continuam sendo alvo de violência de gênero, tanto no ambiente digital quanto no presencial. O crescimento das redes sociais trouxe novas oportunidades de mobilização e engajamento, mas também ampliou os ataques misóginos, ameaças e campanhas de desinformação direcionadas a candidatas e lideranças femininas. Essa violência política de gênero desestimula a participação feminina e reforça a necessidade de políticas de proteção e combate ao assédio.

A violência política contra mulheres não ocorre apenas de maneira simbólica, por meio de discursos de ódio e desqualificação pública, mas também se manifesta em agressões diretas, exclusão dos espaços de decisão e até assassinatos políticos. Em diversos países, lideranças femininas que defendem pautas como direitos reprodutivos, igualdade salarial e combate à violência de gênero são alvo de perseguições e ataques coordenados. Isso demonstra que o avanço da participação política das mulheres ainda enfrenta resistência por parte de setores que veem essa transformação como uma ameaça às estruturas tradicionais de poder.

Apesar desses desafios, os últimos anos têm sido marcado pelo fortalecimento de redes de apoio entre mulheres na política. Movimentos de mulheres, organizações da sociedade civil e grupos suprapartidários têm trabalhado para ampliar a representatividade feminina, oferecer capacitação para novas lideranças e garantir que as mulheres tenham voz nos espaços de decisão. Essa mobilização tem resultado em políticas mais inclusivas e em debates mais abrangentes sobre temas como equidade salarial, direitos reprodutivos, combate à violência doméstica e igualdade de oportunidades.

A diversidade dentro da participação política da mulher também tem sido um fator importante à construção de uma sociedade igualitária e mais justa. Mulheres negras, indígenas, LGBTQIA+ e com deficiência têm enfrentado desafios ainda maiores para conquistar espaço, mas também têm sido protagonistas de importantes mudanças. A interseccionalidade na política fortalece o debate público e traz novas perspectivas para a formulação de políticas públicas mais eficazes e sensíveis às necessidades da população.

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

CONTINUAÇÃO...

O reconhecimento dessas diferenças e a valorização da pluralidade são essenciais para garantir que todas as mulheres possam exercer sua cidadania plenamente, sendo essencial que a presença da mulher na política não se limite apenas ao preenchimento de cotas e reflita, cada vez mais, um compromisso real com a democratização dos espaços de poder.

O papel dos meios de comunicação também é um fator crucial para a forma como a participação da mulher na política é percebida pela sociedade. O viés sexista tem sido cada vez mais abandonado na cobertura midiática, o que favorece a criação de espaços cada vez mais democráticos. Questões de aparência física, vida pessoal e comportamento das mulheres na política têm cedido lugar para a discussão de propostas, com abordagem contribui para afastar os estereótipos de gênero e que desvalorizam a atuação política das mulheres. Assim, a mídia tem sido uma aliada na promoção de debates qualificados e na valorização das lideranças femininas, contribuindo para a desconstrução de preconceitos e para a ampliação da representação política das mulheres.

A participação feminina na política não é apenas uma questão de representatividade, mas um elemento fundamental para a construção de sociedades mais justas e equilibradas. Estudos mostram que a presença de mulheres em cargos públicos contribui para a adoção de políticas públicas mais inclusivas, voltadas para educação, saúde, assistência social e combate à desigualdade. A ampliação da participação feminina na política, portanto, beneficia toda a sociedade e fortalece a democracia.

O futuro da participação feminina na política depende do compromisso coletivo de governos, partidos políticos e da sociedade em geral. O incentivo à educação política, o combate à desinformação e o fortalecimento de leis que

garantam a igualdade de gênero são passos essenciais para consolidar uma democracia verdadeiramente representativa. Além disso, é fundamental que as novas gerações de mulheres sejam encorajadas a ocupar espaços de liderança, ampliando o impacto da participação feminina a longo prazo.

Outro aspecto relevante é a transformação das estruturas partidárias, que ainda são majoritariamente compostas por homens e reproduzem uma cultura política excludente. Diveresas organizações continuam a relegar as mulheres a papéis secundários, dificultando seu acesso a candidaturas competitivas e a cargos de liderança dentro das legendas. O fortalecimento de mecanismos internos de promoção da igualdade de gênero dentro dos partidos é essencial para trazer novos avanços sociais relacionados à redemocratização.

As mulheres continuam a avançar na política, mas a luta por equidade e justiça permanece um desafio que exige engajamento e ação contínuos.

O fortalecimento da presença da mulher no cenário político não é apenas um direito, mas uma necessidade para o desenvolvimento de sociedades mais democráticas, igualitárias e sustentáveis.

É preciso seguir construindo caminhos para que a política seja um espaço onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas, garantindo que as mulheres tenham as mesmas oportunidades de liderar, legislar e transformar a realidade social.

“As mulheres têm uma participação igual em nosso futuro e devem ter voz igual na nossa política.”

- Kamala Harris

COMO PROTEGER A MULHER NA POLÍTICA: OBRIGAÇÃO EM PROL DA CIDADANIA

A presença da mulher na vida pública tem crescido significativamente nas últimas décadas, mas, junto com esse avanço, também aumentaram os desafios e riscos enfrentados por mulheres que ocupam posições de liderança.

A violência política de gênero, o assédio, as ameaças e as barreiras institucionais ainda são obstáculos reais que precisam ser combatidos para garantir um ambiente mais seguro e igualitário para as mulheres na política, no jornalismo, no ativismo e em outras áreas de influência.

Mulheres que assumem cargos públicos frequentemente enfrentam níveis elevados de assédio e violência, seja no ambiente digital ou no presencial.

A violência política de gênero é uma tentativa de silenciar lideranças femininas, deslegitimando sua atuação e desencorajando outras mulheres a participarem da vida pública.

Ataques misóginos nas redes sociais, perseguições físicas, ameaças de morte e campanhas de desinformação são estratégias comuns usadas para minar a presença feminina nesses espaços.

Esse tipo de violência não afeta apenas as mulheres que a sofrem diretamente, mas tem um efeito intimidador sobre toda a sociedade. Quando lideranças femininas são atacadas, muitas outras desistem de seguir carreiras na política, no ativismo ou na mídia, por medo de represálias. Para combater esse problema, é essencial que governos, instituições e a sociedade civil imple-

mentem medidas eficazes de proteção e resposta.

Garantir a segurança das mulheres na vida pública exige um conjunto de ações que envolvem tanto medidas institucionais quanto a mobilização da sociedade.

O fortalecimento das leis e mecanismos de proteção é um passo fundamental nesse sentido. Governos e parlamentos devem aprovar e reforçar legislações que protejam mulheres contra a violência política e o assédio em ambientes institucionais.

O Brasil, por exemplo, aprovou a Lei 14.192/2021, que define e pune a violência política de gênero, mas ainda há um longo caminho para garantir sua efetividade.

Além disso, é fundamental criar canais de denúncia eficazes e mecanismos de punição para agressores.

Outro ponto importante é a proteção digital e o combate ao assédio online. As redes sociais e o ambiente digital se tornaram espaços onde muitas mulheres sofrem ataques constantes. Empresas de tecnologia devem ser responsabilizadas por criar políticas eficazes para conter o discurso de ódio e remover conteúdos violentos. Além disso, lideranças femininas precisam ter acesso a ferramentas de segurança digital, como mecanismos de bloqueio e identificação de ameaças. Organizações da sociedade civil também desempenham um papel fundamental ao monitorar ataques e oferecer suporte psicológico e jurídico às vítimas.

COMO PROTEGER A MULHER NA POLÍTICA: OBRIGAÇÃO EM PROL DA CIDADANIA

CONTINUAÇÃO...

Outro ponto importante é a proteção digital e o combate ao assédio online. As redes sociais e o ambiente digital se tornaram espaços onde muitas mulheres sofrem ataques constantes. Empresas de tecnologia devem ser responsabilizadas por criar políticas eficazes para conter o discurso de ódio e remover conteúdos violentos. Além disso, lideranças femininas precisam ter acesso a ferramentas de segurança digital, como mecanismos de bloqueio e identificação de ameaças. Organizações da sociedade civil também desempenham um papel fundamental ao monitorar ataques e oferecer suporte psicológico e jurídico às vítimas. A tecnologia também pode ser usada a favor da proteção das mulheres na vida pública, com o desenvolvimento de algoritmos que identifiquem ataques sistemáticos e o aprimoramento de legislações que punam a disseminação de conteúdo falso e difamatório.

A segurança física para mulheres em posição de destaque também precisa ser considerada. Lideranças políticas, ativistas e jornalistas frequentemente enfrentam ameaças diretas contra sua integridade física. Para protegê-las, é essencial que existam programas de segurança que incluam escoltas, proteção policial e suporte jurídico. Em casos de ameaças graves, medidas de proteção como mudança de domicílio e programas de testemunha podem ser necessárias.

No entanto, essas ações precisam ser acompanhadas de políticas públicas que promovam um ambiente mais seguro e respeitoso para a atuação feminina. A prevenção é tão importante quanto a resposta, e isso envolve mudanças estruturais e culturais na forma como as mulheres são vistas na política e na sociedade. O impacto da violência política e institucional sobre a saúde mental das mulheres na vida pública é significativo. Muitas sofrem com ansiedade, depressão e esgotamento emocional

devido à pressão e aos ataques constantes. Criar redes de apoio psicológico, grupos de escuta e iniciativas de fortalecimento emocional é essencial para garantir que essas mulheres consigam continuar exercendo suas funções sem comprometer sua saúde.

O combate à violência contra mulheres na vida pública não pode ser responsabilidade apenas das vítimas. É fundamental investir em educação e campanhas de conscientização para mudar a cultura política e social. Programas educativos em escolas, debates públicos e ações midiáticas podem ajudar a combater a misoginia e incentivar uma participação mais respeitosa e equitativa no debate público.

Quanto mais cedo essas questões forem trabalhadas na sociedade, menor será a aceitação da violência política contra mulheres no futuro.

Proteger mulheres na vida pública não é apenas uma questão de segurança individual, mas um compromisso com a democracia e a justiça social. Quando lideranças femininas são atacadas, toda a sociedade perde a chance de ter um debate político mais plural e inclusivo. Combater a violência de gênero na política e em outros espaços de poder exige um esforço conjunto entre governos, instituições, sociedade civil e empresas de tecnologia.

A presença das mulheres na vida pública não pode ser vista como um risco ou um desafio a ser enfrentado, mas como uma conquista essencial para o avanço das sociedades democráticas. Criar ambientes seguros, garantir a proteção de lideranças femininas e incentivar mais mulheres a ocuparem espaços de poder são passos fundamentais para construir um futuro mais igualitário e livre de violência.

COMO AS MULHERES ESTÃO TRANSFORMANDO A POLÍTICA

A participação das mulheres na política tem sido um dos principais desafios na luta por equidade de gênero e fortalecimento da democracia.

Historicamente excluídas dos espaços de poder, as mulheres têm conquistado avanços significativos nas últimas décadas, ocupando cargos legislativos, executivos e administrativos em diversos níveis de governo. No entanto, a desigualdade ainda persiste, e muitas lideranças femininas enfrentam barreiras institucionais, culturais e econômicas para garantir sua presença e influência na tomada de decisões. Além disso, a violência política de gênero se tornou um dos principais obstáculos para a participação efetiva das mulheres, com ataques que vão desde deslegitimação e assédio online até ameaças físicas.

Nesse cenário, partidos políticos desempenham um papel essencial para garantir maior inclusão feminina e incentivar a presença de lideranças femininas na vida pública.

O Podemos, por exemplo, tem se destacado por seu compromisso com a representatividade e pelo fortalecimento de mulheres em posições de liderança, com parlamentares que apresentam projetos inovadores e defendem pautas fundamentais para a sociedade brasileira.

As Podemistas, como são chamadas mulheres do Podemos, têm desempenhado um papel significativo na transformação da política brasileira, impulsionando pautas voltadas para a justiça social, segurança, igualdade de direitos e proteção das minorias. Suas atuações refletem

um compromisso com a ampliação da participação feminina nos espaços de decisão e com a construção de políticas públicas que impactam diretamente a vida da população. Entre as lideranças femininas do partido, destacam-se nomes das Deputadas Federais Renata Abreu e Nely Aquino, as quais, por meio de seus mandatos, têm apresentado projetos de lei e propostas inovadoras que fortalecem a democracia e os direitos das mulheres.

Renata Abreu, Presidente Nacional do Podemos e Deputada Federal desde 2015, é defensora ativa da participação das mulheres na política. Advogada e empresária, Renata já apresentou mais de 700 propostas legislativas no Congresso Nacional e tem se destacado pelo seu compromisso com a educação, segurança pública e o combate à violência contra a mulher. Entre suas iniciativas transformadas em lei, destacam-se três projetos voltados à proteção das mulheres contra a violência de gênero, além de propostas que incentivam políticas públicas para ampliar a presença feminina nos espaços políticos e econômicos. Uma de suas bandeiras é a valorização da educação como ferramenta de transformação social, tendo apresentado projetos para vincular o reajuste salarial dos professores ao aumento do subsídio dos parlamentares federais, garantindo maior reconhecimento à categoria.

No mandato legislativo, a Deputada Federal Renata Abreu é autora de importantes iniciativas legislativas voltadas à implementação de políticas públicas para mulheres. Além disso, em

COMO AS MULHERES ESTÃO TRANSFORMANDO A POLÍTICA

CONTINUAÇÃO...

seu gabinete, mantém um sistema de escuta ativa da população feminina sobre propostas legislativas. Dentre as propostas legislativas de maior destaque, Renata Abreu apresenta-se como autora da iniciativa que torna obrigatório o registro de violência contra a mulher no prontuário de atendimento médico e também do projeto destiando ao aumentou da pena de prisão para crimes de violência sexual cometidos em transportes e locais públicos.



Renata Abreu
Dep. Federal
e Presidente
Nacional do
Podemos

Lei 14.721/2023: garante apoio psicológico para gestantes e mães no pré e pós-parto.

Projeto de Lei 5399/2023: obriga hospitais e estabelecimentos de saúde, públicos e privados, a realizarem atividades de conscientização e educação sobre a saúde mental das mulheres nesses períodos sensíveis.

A trajetória da parlamentar a coloca como uma das maiores defensoras dos direitos da mulher no Congresso Nacional, sempre reforçando a importância de políticas públicas voltadas ao cuidado integral e defesa dos direitos das mulheres.

A Deputada Federal Nely Aquino, representante de Minas Gerais pelo Podemos, também tem se destacado por sua atuação legislativa em prol dos direitos das mulheres e de políticas públicas inclusivas.

Recentemente, Nely Aquino apresentou o Projeto de Lei nº 2549/2024, que institui o "Selo Cidade Mulher", destinado a reconhecer municípios que se destacam na efetividade de políticas públicas voltadas ao bem-estar feminino. A proposta foi aprovada na Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado Federal para apreciação.

A participação das mulheres na política brasileira tem apresentado avanços ao longo dos anos, mas a representatividade feminina ainda está aquém do ideal. A seguir, são apresentados dados que ilustram a presença das mulheres nos cenários eleitoral e político do país:

Eleitorado: As mulheres constituem a maioria do eleitorado brasileiro. Entre 2016 e 2022, elas representaram, em média, **52% dos eleitores no país.**

Candidaturas: Apesar de serem maioria entre os eleitores, as mulheres ainda são minoria entre os candidatos. Nas eleições de 2022, elas corresponderam a **34% das candidaturas, enquanto os homens representaram 66%.**

Eleitas: A sub-representação feminina é evidente nos resultados eleitorais. Em 2022, **apenas 18% dos eleitos foram mulheres**, contrastando com **82% de homens.**

Câmara dos Deputados: Das 513 cadeiras disponíveis na Câmara dos Deputados, as **mulheres ocupam 15%** (78 cadeiras).

Senado Federal: A proporção de mulheres no Senado Federal é semelhante à da Câmara, com as **senadoras ocupando uma parcela minoritária das cadeiras.**

Executivo Municipal: A presença feminina nas prefeituras é a menor da América Latina. Embora as mulheres representem 51% da população brasileira, **elas governam apenas 12% das cidades**, sendo que apenas uma capital é administrada por uma mulher.

Cotas de Gênero: A legislação eleitoral brasileira estabelece uma cota de mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Contudo, essa medida não tem sido suficiente para equilibrar a representação feminina, de acordo com os números representativos informados nesta coluna.

COMO AS MULHERES ESTÃO TRANSFORMANDO A POLÍTICA

CONTINUAÇÃO...

Também, Nely Aquino propôs o Projeto de Lei nº 1799/2023, que estabelece ações para avaliações médicas completas e periódicas da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), visando à conscientização sobre a importância da prevenção de doenças e agravos à saúde.

"Quando uma mulher tem voz ativa, ela incentiva outras a falarem também. Quando uma mulher lidera, ela incentiva outras a liderarem também. Quando uma mulher ocupa um cargo público, incentiva outras a ocuparem também."



Nely Aquino
Dep. Federal

Além dessas lideranças, outras mulheres do Podemos também vêm conquistando espaço e defendendo pautas fundamentais para o avanço da sociedade. O partido tem incentivado a participação feminina na política por meio de programas de formação, incentivos à candidatura de mulheres e a defesa de um maior financiamento para campanhas femininas.

Outra liderança expressiva do Podemos é Soraya Thronicke, Senadora por Mato Grosso do Sul. Advogada, Soraya Thronicke tem defendido propostas para ampliar a participação feminina nos espaços de poder e garantir mais proteção contra a violência política de gênero.



Soraya Thronicke
Senadora

Projeto de Lei 1.548/2023: dá nova redação ao crime de feminicídio, para prever que matar uma mulher por violência doméstica e familiar ou por discriminação à condição feminina poderá levar à prisão por doze a trinta anos.

O Podemos Mulher, liderado por Márcia Pinheiro, tem promovido debates e iniciativas para fortalecer a presença de mulheres nos espaços de poder, combatendo a violência política de gênero

e incentivando novas lideranças a se envolverem na vida pública.

Apesar dos desafios históricos e estruturais, a participação das mulheres na política tem avançado de forma significativa e impactado positivamente as sociedades democráticas. Cada vez mais, mulheres estão ocupando espaços de poder, liderando debates fundamentais e propondo políticas públicas que refletem as necessidades da população de maneira mais abrangente e inclusiva.

Os últimos anos demonstram uma crescente conscientização sobre a importância da equidade de gênero na política, resultando em leis de incentivo à participação feminina, maior financiamento para candidatas e campanhas de combate à violência política de gênero.

Além disso, a presença feminina nos parlamentos e governos tem trazido mudanças concretas, promovendo pautas como igualdade salarial, combate à violência contra a mulher, fortalecimento da educação e ampliação de políticas de saúde para mulheres.

As mulheres também têm mostrado forte capacidade de articulação e diálogo, contribuindo para um ambiente político mais colaborativo e democrático. Em muitos países, lideranças femininas se destacam pela gestão eficiente e humanizada, demonstrando que sua presença fortalece a governança e gera impacto positivo para toda a sociedade.

A política com mais mulheres é uma política mais plural, eficiente e conectada às reais demandas da sociedade. O futuro aponta para um cenário de maior protagonismo feminino, e os avanços conquistados até aqui são um sinal de que a transformação está em curso e que a democracia só tem a ganhar com a presença ativa das mulheres nos espaços de decisão.

INCLUSÃO E REPRESENTATIVIDADE: O PAPEL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA POLÍTICA

A participação de pessoas com deficiência na política é um tema essencial para inclusão social. A formulação de leis, a elaboração de programas e o fortalecimento de políticas públicas impactam diretamente a vida das pessoas com deficiência. No entanto, apesar dos avanços em direitos e acessibilidade, ainda há desafios significativos para que essa população tenha uma representação efetiva nos espaços de poder e de decisão.

Atualmente, há um movimento crescente para garantir a participação de pessoas com deficiência na política, seja como eleitores, candidatos ou ocupantes de cargos públicos.

Em diversos países, leis de inclusão têm sido criadas para assegurar que pessoas com deficiência possam exercer plenamente seus direitos políticos. No Brasil, por exemplo, a legislação eleitoral garante que partidos destinem parte do fundo eleitoral para candidaturas de pessoas com deficiência, o que incentiva maior participação desse grupo no processo eleitoral. Além disso, são previstas adaptações de acessibilidade nos locais de votação, como urnas eletrônicas adaptadas, materiais em braile e intérpretes de Libras para facilitar a comunicação.

Mesmo com essas conquistas, os desafios ainda são muitos. A falta de acessibilidade física e digital em câmaras legislativas, assembleias e prefeituras

impede que pessoas com deficiência exerçam plenamente suas funções. De outro lado, o preconceito - ainda nos dias atuais - faz com que muitas candidaturas de pessoas com deficiência tenham dificuldades em obter visibilidade e financiamento para suas campanhas. Isso reflete diretamente na sub-representação desse grupo nos parlamentos e demais esferas de poder.

Inobstante, a presença (ainda que tímida) de pessoas com deficiência na política tem trazido impactos positivos, especialmente na formulação de políticas públicas mais inclusivas.

Parlamentares e gestores públicos com deficiência contribuem para o debate com uma perspectiva única, propondo medidas que promovem mais acessibilidade, inclusão no mercado de trabalho, ampliação de direitos e combate ao capacitismo. Quando pessoas com deficiência ocupam cargos públicos, ajudam a desconstruir estereótipos e inspiram mais indivíduos a se envolverem no cenário político.

A ampliação da representatividade de pessoas com deficiência na política não é apenas uma questão de justiça social, mas também de fortalecimento da democracia. Quanto mais diverso for um governo ou um parlamento, mais eficazes serão as políticas públicas, pois elas representarão um espectro mais amplo da população.

O PAPEL DOS JOVENS NA TRANSFORMAÇÃO DA DEMOCRACIA

A atuação legislativa de parlamentares jovens tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento das políticas públicas, trazendo inovação, novas perspectivas e uma abordagem mais dinâmica para a gestão pública.

Assim, a presença de parlamentares jovens em assembleias legislativas, congressos e câmaras municipais ao redor do mundo tem impulsionado pautas voltadas para o futuro, como sustentabilidade, tecnologia, equidade social e participação cidadã.

Os jovens legisladores têm demonstrado um compromisso forte com a transparência e a modernização das políticas públicas. Muitos defendem iniciativas que aumentam a participação popular no processo legislativo, utilizando tecnologias para aproximar a população das decisões políticas. Propostas como orçamentos participativos, plataformas digitais para consultas públicas e mecanismos de deliberação coletiva refletem essa nova forma de governança, mais aberta e acessível à sociedade.

Outra contribuição essencial da juventude na política legislativa é a defesa de políticas públicas voltadas para educação e capacitação profissional. Parlamentares mais jovens frequentemente apresentam projetos que buscam melhorar o acesso à educação de qualidade, reformar currículos para torná-los mais alinhados com as demandas do mercado de trabalho e incentivar o empreendedorismo juvenil. Essas ações são fundamentais para garantir que futuras gerações tenham melhores oportunidades de desenvolvimento.

A inovação e o uso da tecnologia também são pautas centrais defendidas por legisladores jovens. Muitos buscam a modernização dos serviços públicos, propondo leis que incentivam a digitalização de processos burocráticos, o acesso aberto a dados governamentais e a implementação de ferramentas de inteligência artificial para melhorar a eficiência das políticas públicas. Essas medidas ajudam a tornar os governos mais ágeis, transparentes e eficientes na resolução de problemas sociais.

A atuação dos jovens no legislativo também fortalece políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável. A preocupação com o futuro do planeta tem levado muitos legisladores a propor leis para reduzir a emissão de carbono, investir em energias renováveis, promover uma economia circular e estimular práticas agrícolas sustentáveis. Essas ações são essenciais para enfrentar as mudanças climáticas e garantir a preservação dos recursos naturais para as próximas gerações.

Além disso, a juventude no legislativo tem um papel crucial na promoção de políticas de inclusão social e igualdade. Jovens parlamentares também atuam na defesa dos direitos das minorias, na ampliação do acesso à saúde pública e no fortalecimento das políticas de combate à desigualdade. Sua presença no cenário político tem contribuído para que esses temas sejam debatidos com maior profundidade e resultem em políticas mais eficazes e abrangentes.



MOVIMENTO NEGRO NA POLÍTICA: LUTA, CONQUISTAS E DESAFIOS

O movimento negro tem desempenhado um papel fundamental na política ao longo da história, impulsionando lutas por direitos civis, justiça social e equidade racial.

A atuação do movimento negro tem sido essencial para a conquista de leis e políticas públicas que visam reduzir as desigualdades estruturais e ampliar a representatividade negra nos espaços de poder.

Apesar dos avanços, a população negra ainda enfrenta desafios significativos para garantir sua plena participação na política e ocupar cargos de decisão.

Desde os períodos de escravidão, a resistência negra se manifestou de diversas formas, seja por meio da formação de quilombos, como o de Palmares, seja em revoltas organizadas contra o sistema opressor.

Essas iniciativas, mesmo em um contexto de repressão, já demonstravam o protagonismo da população negra na luta por autonomia e direitos. Com o fim da escravidão, em muitos países, incluindo o Brasil, a abolição não veio acompanhada de medidas concretas de inclusão, perpetuando a marginalização da população negra e restringindo seu acesso à educação, ao mercado de trabalho e à participação política.

No século XX, a organização do movimento negro ganhou força e se estruturou de maneira mais abrangente, inspirada em lutas internacionais, como o movimento pelos direitos civis nos Estados

Unidos, liderado por figuras como Martin Luther King Jr. e Malcolm X. Esses movimentos tiveram impacto global e ajudaram a fortalecer debates sobre o racismo estrutural e a necessidade de ações afirmativas.

No Brasil, organizações como a Frente Negra Brasileira, nos anos 1930, e posteriormente o Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, desempenharam papéis fundamentais na denúncia do racismo e na reivindicação de políticas de igualdade racial. A atuação desses movimentos levou à inclusão de pautas negras nas agendas políticas, influenciando desde o reconhecimento oficial do racismo como crime até a implementação de políticas de cotas para educação e concursos públicos.



MOVIMENTO NEGRO NA POLÍTICA: LUTA, CONQUISTAS E DESAFIOS

CONTINUAÇÃO...

A representatividade negra na política tem sido um dos principais desafios enfrentados pelo movimento negro. Durante muito tempo, o poder político foi historicamente monopolizado por elites brancas, o que limitou a participação de lideranças negras nos espaços de decisão.

Nos últimos anos, houve um crescimento significativo da presença de parlamentares e gestores públicos negros, que vêm promovendo mudanças concretas na formulação de políticas públicas.

Em diversos países, bancadas negras têm se fortalecido, defendendo projetos voltados para o combate à desigualdade racial, a valorização da cultura afrodescendente, a ampliação do acesso à educação e a implementação de políticas de segurança pública que enfrentem a violência racializada. Essa presença é essencial para garantir que as demandas da população negra sejam efetivamente consideradas e representadas nos espaços de decisão.



A luta do movimento negro na política também resultou em avanços significativos em termos de políticas públicas. Um dos exemplos mais impactantes foi a implementação de cotas raciais para o ensino superior e para concursos públicos, garantindo que um maior número de jovens negros tenha acesso à educação de qualidade e melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Programas voltados para o reconhecimento e regularização de territórios quilombolas, incentivos para o empreendedorismo negro e políticas de combate à violência policial contra a população negra também fazem parte das conquistas impulsionadas pela atuação de lideranças negras e movimentos sociais.

A criação de órgãos institucionais, como secretarias e conselhos de igualdade racial, tem sido fundamental para o monitoramento e implementação dessas políticas, garantindo maior participação da sociedade civil no processo de formulação e acompanhamento das ações governamentais.

Apesar das conquistas, a população negra ainda enfrenta desafios significativos na política. A sub-representação nos parlamentos e governos, a violência política direcionada a candidatos e parlamentares negros, o financiamento desigual para campanhas e a resistência de setores conservadores à ampliação das políticas afirmativas são barreiras que precisam ser enfrentadas. Além disso, a desigualdade social e econômica, que historicamente afeta a população negra, impacta diretamente sua capacidade de participação política, dificultando o acesso a espaços de liderança.

Para fortalecer ainda mais a atuação do movimento negro na política, é essencial ampliar os mecanismos de incentivo à participação de lideranças negras nos processos eleitorais e decisórios.

MOVIMENTO NEGRO NA POLÍTICA: LUTA, CONQUISTAS E DESAFIOS

CONTINUAÇÃO...

O estímulo à formação política, a garantia de acesso a recursos de campanha, a ampliação das cotas em partidos e a criação de políticas de proteção contra a violência política são algumas das medidas que podem contribuir para aumentar a presença negra nos espaços de poder.

Assim, a educação política é fundamental para conscientizar a população sobre a importância da representatividade negra e combater discursos que tentam deslegitimar a luta por igualdade racial.

O movimento negro na política tem demonstrado que a transformação é possível e que a luta por equidade racial não é apenas uma questão de representatividade, mas de fortalecimento da democracia e justiça social.

A crescente presença de lideranças negras nos parlamentos, governos e organizações da sociedade civil mostra que o futuro caminha para um cenário mais inclusivo e diverso. No entanto, a luta continua, e é necessário que a sociedade como um todo se comprometa com a construção de políticas públicas que garantam oportunidades iguais para todos.



“ Eu não sou racista. Estou contra toda forma de racismo e segregação, toda forma de discriminação. Eu acredito nos seres humanos, e que todos os seres humanos devem ser respeitados como tais, independentemente da sua cor.”



- Malcolm X



“Eu tenho um sonho. O sonho de ver meus filhos julgados por sua personalidade, não pela cor de sua pele.”

- Martin Luther King

TRABALHADORES RURAIS NA POLÍTICA: VOZ E REPRESENTATIVIDADE NO PODER

Os trabalhadores rurais desempenham um papel essencial na economia e na segurança alimentar de qualquer sociedade, mas sua representatividade política ainda é limitada em muitos países.

Apesar de os trabalhadores rurais serem responsáveis pela produção de alimentos, pelo desenvolvimento sustentável e pela preservação de saberes tradicionais, sua presença nos espaços de decisão política é reduzida.

Essa sub-representação reflete um histórico de exclusão social e econômica, agravado por barreiras institucionais que dificultam sua participação ativa na formulação de políticas públicas.

Nas últimas décadas, movimentos sociais, sindicatos e organizações rurais têm se mobilizado para fortalecer a participação política dos trabalhadores do campo, promovendo mudanças e ampliando a defesa de seus direitos.

A falta de acesso a espaços políticos para os trabalhadores rurais é um problema estrutural. O poder político, historicamente concentrado em elites urbanas e grandes proprietários de terras, tem dificultado a inclusão de pequenos produtores e agricultores familiares nas instâncias decisórias.

Muitas vezes, a falta de infraestrutura nas áreas rurais, como educação de qualidade, acesso à internet e transporte adequado, também limita a participação dos trabalhadores do campo na política institucional.

Além disso, o domínio de grandes grupos econômicos no setor agrícola influencia as políticas públicas, favorecendo interesses de latifundiários e corporações em detrimento das necessidades dos pequenos produtores. Ainda assim, o fortalecimento dos movimentos de trabalhadores rurais tem sido um fator determinante para a ampliação de sua representatividade.

Sindicatos agrícolas, cooperativas e movimentos sociais têm desempenhado um papel fundamental na luta por direitos e na conquista de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo. Essas organizações têm pressionado governos e parlamentos para garantir acesso a crédito rural, reforma agrária, infraestrutura básica e condições dignas de trabalho para os agricultores.

A atuação política dos trabalhadores rurais também se manifesta na luta por políticas ambientais sustentáveis. Como responsáveis diretos pela produção de alimentos e pelo manejo do solo, esses trabalhadores têm defendido a

TRABALHADORES RURAIS NA POLÍTICA: VOZ E REPRESENTATIVIDADE NO PODER

CONTINUAÇÃO...

necessidade de incentivos à agroecologia, à agricultura familiar e à preservação dos recursos naturais. Além disso, a implementação de programas de acesso à terra, crédito agrícola e assistência técnica são pautas frequentemente defendidas por parlamentares que representam o campo.

Nos últimos anos, a presença de representantes do meio rural em parlamentos e governos tem crescido, mesmo que ainda de forma desigual. Em algumas regiões, trabalhadores rurais e pequenos agricultores conseguiram eleger representantes comprometidos com suas causas, promovendo políticas que favorecem a inclusão social, a segurança alimentar e o fortalecimento das comunidades do campo. Além disso, a participação feminina no setor agrícola tem crescido, com mulheres trabalhadoras rurais assumindo lideranças políticas e trazendo para o debate questões como a valorização do trabalho rural feminino, a equidade de gênero e a proteção contra a violência no campo.

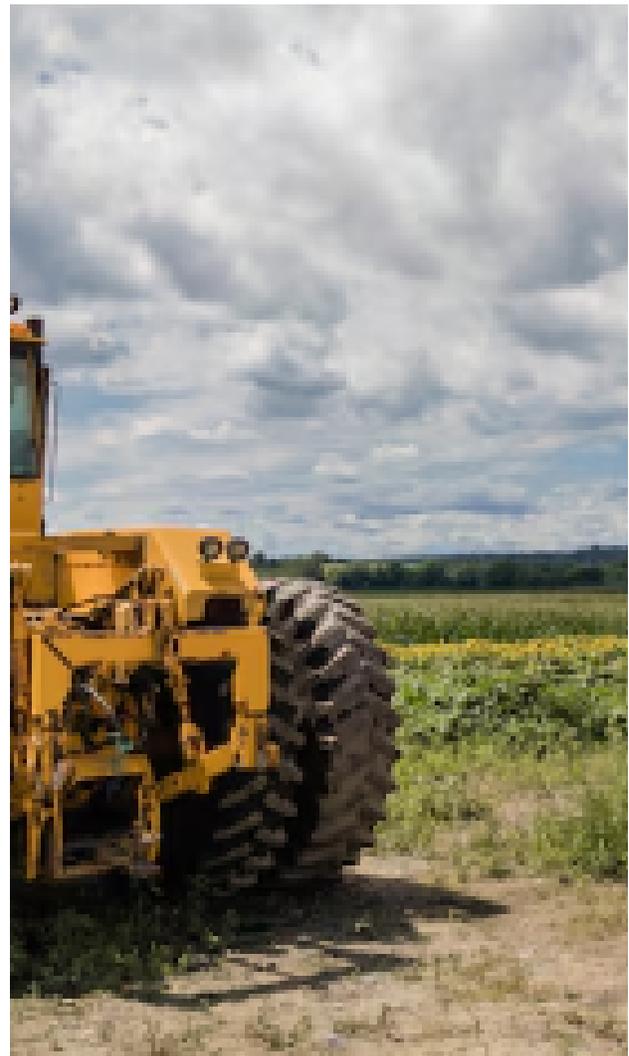
Apesar dos avanços, os desafios para a plena participação dos trabalhadores rurais na política ainda são grandes. Para que essa realidade mude, é fundamental que sejam fortalecidos mecanismos de participação democrática, como conselhos rurais, fóruns de debate e incentivo a candidaturas de representantes do setor agrícola.

Além disso, políticas públicas que garantam educação política e acesso a direitos são essenciais para ampliar a atuação dos trabalhadores rurais na política.

A presença dos trabalhadores rurais nos espaços de decisão política é fundamental para garantir um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. Sua participação ativa contribui para a formulação de políticas que atendam às necessidades do campo, reduzindo desigualdades

e promovendo um modelo agrícola que beneficie toda a sociedade. Afinal, a política não pode ser apenas um reflexo dos interesses urbanos e corporativos, mas deve representar todas as vozes, especialmente aquelas que historicamente foram marginalizadas.

Fortalecer a presença dos trabalhadores rurais na política é um passo essencial para uma democracia mais inclusiva, onde o campo e a cidade caminhem juntos em direção a um futuro mais justo e sustentável.



O PAPEL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NA POLÍTICA BRASILEIRA

As comunidades tradicionais - formadas por quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, extrativistas e diversas outras populações que vivem em harmonia com a natureza e preservam culturas ancestrais - desempenham grande importância na identidade e no desenvolvimento sustentável dos países.

Apesar de sua importância histórica e cultural, esses grupos enfrentam inúmeros desafios para garantir sua participação efetiva na política e na formulação de políticas públicas que atendam às suas necessidades.

Ao longo da história, as comunidades tradicionais foram sistematicamente marginalizadas dos espaços de decisão política. Durante séculos, políticas governamentais ignoraram ou até mesmo reprimiram seus modos de vida, muitas vezes priorizando interesses econômicos que resultaram na exploração indiscriminada de seus territórios.

A falta de reconhecimento de seus direitos e a

ausência de representantes políticos oriundos dessas comunidades têm perpetuado desigualdades e dificultado a implementação de políticas que respeitem seus valores e sua autonomia.

Apesar desse histórico de exclusão, as comunidades tradicionais têm conquistado avanços significativos na política, especialmente através da mobilização social e da criação de redes de resistência. Movimentos quilombolas e extrativistas vêm se fortalecendo para garantir que suas vozes sejam ouvidas e que seus direitos sejam reconhecidos.

Uma das maiores vitórias desse processo foi a conquista de leis que protegem seus territórios, suas culturas e seus modos de vida, como o reconhecimento de terras indígenas e quilombolas, a criação de reservas extrativistas e o direito à consulta prévia garantido por tratados internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



VOCÊ SABIA...

Vilmar Souza Costa (PSB-GO) foi o primeiro prefeito quilombola do Brasil e foi reeleito nas últimas eleições Municipais (2024) para governar o Município de Cavalcante por mais um mandato.

O PAPEL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NA POLÍTICA BRASILEIRA

CONTINUAÇÃO...

A representação política direta das comunidades tradicionais ainda é limitada, mas tem crescido nos últimos anos. O aumento da eleição de lideranças indígenas e quilombolas para cargos legislativos e executivos demonstra que há um movimento crescente de inclusão dessas populações na política institucional.

Em diversos países, representantes dessas comunidades têm ocupado cadeiras em parlamentos e governos locais, defendendo pautas como demarcação de terras, preservação ambiental, acesso à educação diferenciada e proteção contra a violência e a exploração econômica. Esses avanços são fundamentais para garantir que políticas públicas sejam construídas a partir da realidade e das necessidades desses grupos, e não apenas impostas de fora para dentro.

A defesa dos direitos das comunidades tradicionais na política não se limita à ocupação de cargos eletivos. Muitas vezes, sua atuação ocorre por meio da participação em conselhos e fóruns deliberativos, onde podem influenciar políticas ambientais, sociais e econômicas. Além disso, organizações da sociedade civil e movimentos sociais desempenham um papel essencial na capacitação de lideranças e na articulação política dessas comunidades, permitindo que sua participação seja cada vez mais efetiva.

Entretanto, a luta por representatividade na política ainda enfrenta desafios significativos. A violência contra lideranças comunitárias, a invasão de territórios protegidos e a criminalização de ativistas são algumas das ameaças enfrentadas por aqueles que ousam desafiar interesses poderosos. Além disso, a burocracia dos processos políticos e a falta de recursos dificultam a participação efetiva dessas populações, tornando fundamental a implementação de políticas afirmativas que incentivem sua presença nos espaços de diálogo e de poder.

A ampliação da participação das comunidades tradicionais na política não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia essencial para a construção de sociedades mais equilibradas e sustentáveis. Esses grupos detêm conhecimentos ancestrais sobre preservação ambiental, gestão de recursos naturais e organização comunitária que podem contribuir significativamente para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e inovadoras. Incorporar suas visões e experiências nos processos políticos não apenas fortalece a democracia, mas também cria caminhos para um futuro mais inclusivo e sustentável para todos.

Diante desse cenário, é essencial que a sociedade como um todo reconheça e apoie a participação política das comunidades tradicionais. Isso inclui garantir educação política e acesso à informação para essas populações, fortalecer redes de apoio e incentivar candidaturas que representem sua diversidade e suas pautas.



OBSERVATÓRIO PODEMOS



A Fundação Podemos é entidade instituída e mantida pelo Podemos para, nos termos do que determina a Lei de Partidos Políticos, promover educação, doutrinação e pesquisa política. A Fundação Podemos vem realizando o aperfeiçoamento dos cidadãos de forma geral, propiciando a transformação intelectual, moral e cívica da sociedade.

Sob iniciativa precursora, a Fundação Podemos lançou o Observatório Podemos contra a Violência Política, uma ação inovadora que tem por missão criar indicadores e monitorar os casos de violência política no Brasil, com a disponibilização de Sistema de Ouvidoria para escuta ativa, em nível nacional.

O Observatório Podemos mantém painel interativo e dinâmico de indicadores sobre casos de violência política no País e promove ações estruturadas para fortalecer ações afirmativas que estimulem a participação e o aumento da representatividade de Mulheres, Jovens, grupos da Diversidade e Longevos (Idosos) na Política.

Além da busca ativa sobre casos sobre violência política no Brasil, como estratégia de reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico para o fortalecimento da democracia, o Observatório Podemos mantém um canal de denúncias integrado, para receber informações sobre práticas de violência política. As denúncias podem ser realizadas de forma identificada ou de forma anônima, tendo o denunciante total segurança quanto à preservação da sua identidade. As denúncias registradas são recebidas por fonte externa e encaminhadas à apuração preliminar. Após essa análise inicial, se procedente o relato, a ocorrência é encaminhada às autoridades, para as providências cabíveis.

O Observatório Podemos disponibiliza também estudos setoriais, os quais servem de subsídio à

OBSERVATÓRIO PODEMOS

CONTINUAÇÃO...

articulação, mobilização e diálogo com as várias instituições participativas da sociedade. A realização de um diálogo construtivo no cenário político brasileiro, tendo os integrantes dos grupos sub-representados como centro da discussão, constitui estratégia importante para permitir a geração de conhecimento sobre as temáticas envolvidas, contribuindo, assim, para o fortalecimento dos direitos sociais e políticos e da própria democracia no Brasil.

A estratégia de criação e manutenção do Observatório contra a Violência Política está aliada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pactuados pela ONU na Agenda 2030:



ODS 5: Igualdade de Gênero

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Meta 5.5: Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública.

No Brasil: Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

Indicadores:

5.5.1: Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamentos nacionais e (b) governos locais.



ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Meta 16.b: Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

No Brasil: Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias e afirmativas.

Indicadores:

16.b.1.: Proporção da população que reportou ter-se sentido pessoalmente discriminada ou assediada nos últimos 12 meses por motivos de discriminação proibidos no âmbito da legislação

“A igualdade de gênero é mais do que um objetivo em si mesmo. É uma condição prévia para (...) construir um bom governo.”

Kofi Annan, Ex-Secretário-Geral da ONU



Quem Somos

A Fundação Podemos é uma fundação partidária, criada e mantida pelo Podemos, para as atividades de educação, doutrinação e pesquisa política. A Fundação Podemos desenvolve diversas atividades voltadas às suas finalidades, destinadas a potencializar o senso crítico e adesão política do cidadão. Nossos cursos, debates e eventos são gratuitos e aberto a todos.

Missão

Atuar de forma significativa no desenvolvimento do Podemos e na promoção de seus ideais, ajudando a construir um país forte, soberano e justo, por meio do acesso a debates, estudos e formação de bons políticos.

Visão

Expandir a nossa atuação para todo país, capacitando o maior número possível de mandatários, candidatos, dirigentes e filiados, contribuindo com o crescimento sustentável do Podemos e na consolidação dos seus valores na sociedade durante a próxima década.

Valores

Educação, Valorização da formação política, Inovação, Democracia, Colaboração e Transparência.

Conheça a Fundação Podemos



Acesse com o QRCode



Objetivos Estratégicos

Posicionar a Fundação Podemos como uma organização confiável na formação de políticos reconhecidos pelas melhores práticas de transparência, participação e democracia direta.

Contribuir na construção de uma rede de militantes engajados na defesa e multiplicação dos ideais do Podemos, capazes de atuar de forma significativa na transformação da sua comunidade.

Oferecer conteúdo político e cursos de formação de qualidade, capazes de educar cidadãos e torná-los aptos a exercerem um olhar crítico sobre a política nacional e local.

Ser referência na produção ideológica a respeito das bandeiras do partido.

Oferecer conteúdo político e cursos de formação de qualidade, capazes de educar cidadãos e torná-los aptos a exercerem um olhar crítico sobre a política nacional e local.

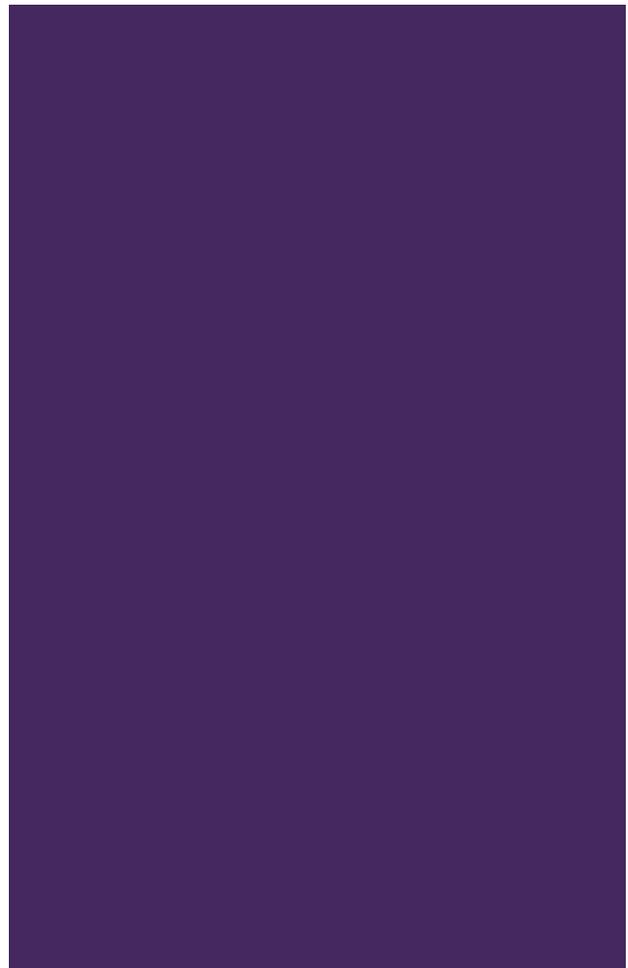
Desenvolver novas práticas de transparência, participação e democracia direta.

Formar uma militância partidária virtual ativa.

Construir um programa partidário moderno e que contemple os principais anseios da nossa sociedade

Capacitar candidatos para atuar em campanhas cada vez mais digitais.

Ser a Fundação com as melhores práticas digitais



A presente Revista faz parte da publicação editorial do Fundação Podemos | Política para Todos.

© Material protegido por direitos autorais. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Endereço para correspondência: R. Fernandes Moreira, 507, Chácara Santo Antônio, São Paulo - SP, CEP 04716-001.



Fundação Podemos | Política para Todos

Composição Institucional

Conselho Curador

Renata Abreu (Presidente)
Bruno Arevalo Ganem
Caio César Machado da Cunha
Claudia Abreu Schefler
Cristian Ferreira Vianna
Felipe Madruga
Igor Wander Normando
Jorge Maluly Neto
Matheus Hector Garcia
Reinaldo Alves Moreira Filho
Ricardo Costa Franco de Camargo
Ricardo Longati França
Ricardo Pires Calciolari
Thiago Martins Milhim

Suplentes

Damares da Silva Dias Milhim
Gelson Aparecido Lima
Igor Soares Ebert
Wanessa Igesia Valverde

Diretoria Executiva

Nilson Gonçalves (Diretor-Presidente)
João Lucas Nunes Monteiro (Diretor Administrativo)
Franz Felipe da Luz (Diretor Financeiro)

Conselho Fiscal

Alessandra Cristina Soares Algarim
Alfredo Martins Correia

www.observatoriopodemos.com.br

